



DEPUTADA ESTADUAL

Delegada

Martha Rocha

INFORMATIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE MANDATO

1º SEMESTRE DE 2015

Martha Rocha tem sua primeira lei sancionada

Subtítulo “roubo e furto de bicicleta” nos registros de ocorrência agora é obrigatório

Página 3

CPI da Violência
Contra a Mulher
percorre o Estado

Página 4

Comissão de
Segurança Pública
visita UPPs

Página 4

Na luta pelo aumento
do vale-refeição de
policiais civis

Página 2

Mais uma
lei com o
selo Martha
Rocha: venda
de réplica de
armas passa a
ter punição

Página 3

Editorial



Os primeiros meses na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) estão sendo de muito

trabalho, aprendizado e plena dedicação. O nosso empenho, felizmente, já começou a dar frutos. Em apenas 150 dias de mandato, tivemos duas importantes leis sancionadas pelo governo, apresentamos 44 projetos de lei, 36 emendas, três indicações legislativas, três propostas de emenda à constituição e um projeto de resolução.

Também assumi uma das mais relevantes Comissões Permanentes da Alerj, a Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia. Uma oportunidade de continuar lutando por melhorias nessa área. Na linha dos grandes desafios, ainda presido a CPI da Violência Contra a Mulher e faço parte das comissões de Direitos Humanos, de Direitos da Mulher, de Defesa da Criança e do Adolescente, de Combate à Pirataria e de Cultura.

Espero estar fazendo valer os votos dos eleitores que me confiaram a missão de representá-los na Alerj. Não perdi um dia de trabalho desde o início do mandato, com 100% de presença no plenário e nas audiências públicas.

Eu e minha equipe produzimos este informativo para que você possa acompanhar um pouco do nosso trabalho. Meu gabinete está de portas abertas para você.

Obrigada por tudo!

Deputada Martha Rocha

Notas

A deputada Martha Rocha apresentou indicação legislativa solicitando reajuste no valor do auxílio-alimentação dos policiais civis aprovada em plenário. Atualmente, a categoria recebe apenas R\$ 12 por dia. O último aumento ocorreu em 2011, quando a deputada ocupava o cargo de Chefe da Polícia Civil. No documento, Martha Rocha sugere ao governador que a diária seja de R\$ 14.

A deputada Martha Rocha apresentou projeto de lei que obriga empresas fabricantes de pílulas anticoncepcionais a inserir na embalagem a seguinte advertência: "O uso de anticoncepcional por pessoas portadoras de trombofilia é prejudicial à saúde". A Organização Mundial de Saúde alerta que mulheres portadoras desta doença não devem fazer uso de anticoncepcionais orais.

facebook.com/del.martha.rocha

Anna Maria Quintanilha

Comentário em post no dia 10/08/2015 (Facebook 1)

Acredito que todos aqueles que confiaram seu voto à senhora estão satisfeitos e sentindo-se gratificados e, principalmente, muito bem representados.

Antonio Quintino Filho

Comentário em post no dia 29/07/2015 às 23:25

Doutora Martha fez a diferença nas salas de aula quando professora, quando delegada e agora não nos surpreende como legatária de nosso crédito de confiança! Muito obrigado, Excelência, por representar tão bem nosso povo.

Cesar Ribas

8 de abril às 06:15

Deputada delegada Martha Rocha muito atuante nessa Casa de leis, a ALERJ. Os sinceros parabéns pelas sua brilhante atuação.

Lia Alencar

26 de março às 16:13

Minha confiança na senhora só aumenta. Parabéns! Vamos que vamos, só vitória!



martharocha@alerj.rj.gov.br



www.deputadamartharocha.com.br

EXPEDIENTE

Jornalista responsável: Erika de Castro ■ Fotos: Assessoria de Comunicação da Alerj
Endereço: Rua Dom Manuel s/n° - Gabinete 407 - Centro - RJ ■ Tel: (21) 2588-1173

Segurança para os ciclistas

PROJETO DE LEI FOI DEMANDA DA SOCIEDADE



fabian.kron / Flickr

Em apenas quatro meses de mandato na Alerj, a deputada estadual Martha Rocha (PSD) teve sua primeira lei sancionada. A Lei 7.026/2015 inclui o subtítulo “roubo e furto de bicicletas” de bicicletas nos registros de ocorrência. Anteriormente, esse tipo de crime era registrado nas delegacias de forma genérica, como “roubo a transeunte”, o que impedia a criação de uma estatística e o direcionamento das investigações policiais.

O projeto de lei, que também foi assinado pelo deputado André Ceciliano (PT), cria ainda um cadastro estadual de bicicletas recuperadas e obriga as lojas a fornecerem a nota fiscal com o número de série dos equipamentos, para facilitar a identificação, pelos proprietários, das bicicletas recuperadas pela polícia.

“Foi uma grande vitória porque o projeto de lei surgiu de uma demanda da sociedade. Assim que assumi

o mandato, a Comissão de Segurança no Ciclismo do Rio de Janeiro me procurou pedindo ajuda. A mudança na legislação vai permitir saber onde os roubos se concentram e orientar o policiamento”, afirma a deputada Martha Rocha.

Antes de o projeto de lei ser sancionado pelo governo, a deputada Martha Rocha, na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, realizou uma audiência pública para discutir a violência contra ciclistas.

O projeto de lei cria também um cadastro estadual de bicicletas roubadas, que facilitará a identificação, pelos proprietários, das bicicletas recuperadas pela polícia.

Com a aprovação da lei, o Instituto de Segurança Pública (ISP) também terá que produzir e divulgar dados estatísticos sobre este tipo de crime no Estado.

Arma não é brincadeira



Mojca J / Pixabay

Mais um projeto de lei da deputada Martha Rocha (PSD) virou lei. A parlamentar ampliou a proibição sobre a venda, fabricação, transporte e distribuição de armas de brinquedos no Estado, instituindo multa que varia de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil para quem descumprir.

A proposta alterou a Lei 2.403/95, que era focada apenas em réplicas de armas e não tinha punição. As armas utilizadas na prática de paintball e de airsoft, regulamentadas pelo Exército Brasileiro, estão fora da proibição.

A proposta também inclui no Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro a Semana do Desarmamento Infantojuvenil, na semana do dia 12 de outubro de cada ano, inclusive com a difusão de campanhas sobre a prevenção da violência.

“A simples proibição, sem uma sanção, não permitia a eficácia da legislação. Uma das finalidades da lei é desestimular o uso de armas de brinquedos em ações criminosas. Frequentemente há casos constatados pela polícia”, afirmou a deputada.



A deputada Martha Rocha presidiu a audiência pública na Alerj que reuniu representantes de órgãos municipais e estaduais, além de ciclistas

UPPs na mira da Comissão de Segurança

DEPUTADA VAI ENCAMINHAR À SESEG RELATÓRIO SOBRE AS CONDIÇÕES DAS BASES



Martha Rocha cumprimenta um policial da UPP Borel, na Tijuca

A deputada Martha Rocha, presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Alerj, está realizando visitas nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

As do Borel, Tabajaras e Batan já foram vistoriadas pelo colegiado.

O objetivo da ação é avaliar as condições de trabalho dos policiais militares e também ouvir os mora-

dores. Ao final, a Comissão de Segurança vai elaborar um relatório e encaminhá-lo à Secretaria de Segurança Pública. Durante as visitas, foram constatados problemas de infraestrutura nas bases provisórias.

“Estamos cobrando do governo a reforma e a construção das sedes definitivas das UPPs”.

A deputada Martha Rocha também esteve em audiência pública, no Complexo do Alemão, para discutir a retirada da base da UPP Nova Brasília de dentro do pátio de uma escola pública. “O local não é o mais apropriado em razão das trocas de tiros. Encaminhamos ofício à Secretaria de Segurança solicitando a mudança de endereço”, disse a deputada.

Fim da violência contra a mulher

CPI PREPARA SÉRIE DE RECOMENDAÇÕES PARA O PODER PÚBLICO

A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas da violência contra a Mulher no Estado, presidida pela deputada Martha Rocha, está chegando à reta final. Já foram seis cidades visitadas, 18 audiências públicas e mais de 65 pessoas ouvidas.

“Infelizmente, a rede de proteção às vítimas não está funcionando como deveria. A CPI vai fazer uma série de recomendações ao Judiciário, Ministério Público, Polícias Civil e Militar, além dos governos estadual e municipal”, disse a deputada.

Foi dela a ideia de criar a CPI itinerante. Os municípios de Mesqui-



Em Maricá, a deputada abre a primeira audiência pública itinerante

ta, Maricá, Resende, Teresópolis, Campos e Araruama foram visitadas pela comissão.

“É importante que a CPI saia de dentro da Alerj para conhecer o

que acontece fora da capital. Dos 92 municípios do Estado, apenas 27 possuem algum tipo de estrutura de apoio às vítimas”, afirmou Martha Rocha.